



SIMULADO ESPECIAL

TCE-MA

Analista Estadual de Apoio ao Controle Externo – Administração

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MA**, cargo de **Analista Estadual de Apoio ao Controle Externo - Administração**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YkazyX4rYBdPJMjQ7>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3S46CkV>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO:**Impacto da Inteligência Artificial no Pensamento Crítico**

No mundo contemporâneo, a inteligência artificial (IA) está se tornando uma ferramenta indispensável em diversas áreas, desde a medicina até o marketing digital. No entanto, um estudo recente realizado pela Microsoft em parceria com a Universidade Carnegie Mellon levanta preocupações significativas sobre o impacto dessa tecnologia nas habilidades cognitivas humanas.

A pesquisa revela que a dependência de instrumentos de IA para a execução de tarefas rotineiras pode levar a uma diminuição do pensamento crítico, uma habilidade essencial para a resolução de problemas complexos. Os cientistas alertam que, embora a IA aumente a eficiência, ela também reduz o engajamento crítico dos usuários, especialmente em ambientes onde a supervisão se torna mais comum do que a execução direta de tarefas.

Dentro desse contexto, profissionais de marketing e tecnologia devem refletir sobre seu papel na integração de IA em seus processos, garantindo que o uso dessas tecnologias fortaleça, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas no longo prazo.

Desafios do Uso de IA no Trabalho

O estudo mencionou que a utilização de IA permitiu a realização de tarefas mais eficientes, mas também destacou que uma confiança excessiva nessas tecnologias pode resultar em um pensamento analítico superficial. Situações comuns onde isso ocorreu incluem a criação de apresentações por professores usando o DALL-E e traders que utilizam o ChatGPT da OpenAI para gerar recomendações estratégicas.

A pesquisa envolveu 319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA. Muitos participantes mencionaram que sentiram uma redução na necessidade de exercício do pensamento crítico quando as respostas geradas pareciam confiáveis, mas se envolveram mais criticamente quando percebiam ainda alguma incerteza nas soluções propostas pela IA.

Fatores Influenciadores do Pensamento Crítico

Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico. O estudo revelou que, sob condições de pressão de tempo, a habilidade de pensar de forma crítica tende a diminuir. Por outro lado, cenários de alto risco podem aumentar essa capacidade, uma vez que um erro pode ter consequências sérias.

Essas observações são fundamentais para empresas que buscam integrar IA em suas operações. Criar ambientes que incentivem a análise crítica e reflexão pode ser essencial para maximizar os benefícios da IA sem sacrificar as capacidades cognitivas dos colaboradores.

[...]

Regulando a Dependência Cognitiva

Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a “atrofia” cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário. Isso pode incluir metodologias que ajudam os usuários a desenvolverem suas habilidades analíticas, como verificar fatos e analisar argumentos complexos.

A IA deve ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas. Esta abordagem motivacional pode ser o diferencial para criar um ecossistema digital mais robusto e sustentável.

A Nova Era da Inteligência Coletiva

Conscientes das pressões tecnológicas, empresas e indivíduos precisam adotar uma postura crítica e consciente sobre como a IA é incorporada em nossa rotina profissional e pessoal. Aqueles que equilibram essa adaptação com o fortalecimento de suas habilidades cognitivas estarão, sem dúvida, mais bem preparados para moldar o futuro.

Rodrigo Neves

Presidente Nacional da AnaMid

CEO da VitaminaWeb

1. Depreende-se do texto que o exercício do pensamento crítico por usuários de inteligência artificial
- a) diminui necessariamente quando a tecnologia é empregada na realização de tarefas profissionais.
 - b) tende a intensificar-se quando os usuários identificam incertezas nas respostas da IA ou quando as consequências de um erro são relevantes.
 - c) depende exclusivamente do nível de formação técnica dos profissionais que utilizam ferramentas de IA.
 - d) se torna dispensável quando as respostas fornecidas pela tecnologia apresentam aparência de confiabilidade.
 - e) é favorecido pela pressão de tempo, uma vez que essa condição exige decisões mais rápidas e criteriosas.
2. No que se refere à tipologia textual, é correto afirmar que, no texto,
- a) predominam os tipos narrativo e descritivo, uma vez que são relatadas experiências individuais de profissionais.
 - b) há predomínio do tipo injuntivo, pois o autor apresenta instruções sequenciais para a utilização de ferramentas de IA.
 - c) predomina o tipo expositivo, já que o autor se limita a divulgar os resultados da pesquisa sem defender um ponto de vista.
 - d) predomina o tipo dissertativo-argumentativo, sendo as informações sobre a pesquisa utilizadas para fundamentar a defesa de um uso crítico e consciente da IA.
 - e) há equilíbrio entre os tipos narrativo e injuntivo, visto que o autor relata fatos e determina como as empresas devem agir.
3. No trecho “A IA deve ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas”, a forma verbal “deve” expressa sentido de
- a) probabilidade.
 - b) desejo.
 - c) certeza decorrente de comprovação científica.
 - d) recomendação orientada pela posição defendida no texto.
 - e) possibilidade condicionada à atuação das empresas.
4. Em relação aos aspectos sintáticos e coesivos do texto, julgue os itens seguintes.
- I. Em “garantindo que o uso dessas tecnologias fortaleça, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas”, a oração destacada exerce a função de complemento verbal direto da forma “garantindo”.
 - II. Em “319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA”, o pronome relativo “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “relataram”.
 - III. Em “quando as respostas geradas pareciam confiáveis”, a oração introduzida por “quando” expressa circunstância de causa em relação à oração anterior.
- Assinale a opção correta.
- a) Nenhum item está certo.
 - b) Apenas o item I está certo.
 - c) Apenas o item III está certo.
 - d) Apenas os itens I e II estão certos.
 - e) Apenas os itens II e III estão certos.

5. No período “A pesquisa envolveu 319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA”, a inserção de uma vírgula imediatamente antes do pronome “que”

- a) prejudicaria a correção gramatical, porque separaria o sujeito da forma verbal “relataram”.
- b) preservaria a correção gramatical e os sentidos do período, por ser facultativa a vírgula antes de qualquer pronome relativo.
- c) preservaria a correção gramatical, mas modificaria o valor da oração relativa, que passaria de restritiva a explicativa.
- d) transformaria a oração iniciada por “que” em uma oração subordinada adverbial causal.
- e) seria obrigatória, porque toda oração introduzida por pronome relativo deve ser isolada por vírgula.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Emannuelle Gouveia

6. No serviço público, a análise de informações exige critérios para avaliar a qualidade dos dados antes de utilizá-los em decisões administrativas. Considerando o pensamento computacional aplicado ao setor público, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de processos elimina a necessidade de avaliar a origem e a qualidade das informações utilizadas.
- b) A análise crítica de dados envolve verificar fonte, contexto e consistência das informações antes de utilizá-las para tomada de decisão.
- c) A utilização de grandes volumes de dados garante automaticamente que as informações sejam confiáveis e livres de distorções.
- d) O compartilhamento rápido de informações deve ser priorizado, mesmo sem validação prévia, para aumentar a transparência pública.
- e) A ética no uso de dados restringe-se à proteção de senhas e ao controle de acesso aos sistemas informatizados.

7. No Microsoft Windows, o gerenciamento de arquivos e pastas permite organizar informações armazenadas no computador e controlar operações realizadas pelo usuário. Considerando os recursos do sistema operacional, assinale a alternativa correta:

- a) A exclusão de uma pasta pelo Explorador de Arquivos remove sempre todos os arquivos de forma definitiva, sem possibilidade de recuperação.
- b) Os atalhos do Windows armazenam uma segunda cópia completa do arquivo original para facilitar o acesso.
- c) A alteração do nome de um arquivo modifica obrigatoriamente o formato interno do conteúdo armazenado.
- d) O Explorador de Arquivos permite apenas visualizar arquivos, não sendo possível realizar operações de cópia ou movimentação.
- e) As permissões de arquivos e pastas permitem controlar quais usuários podem acessar, modificar ou executar determinados recursos.

8. Em ferramentas de comunicação e colaboração, a escolha entre webmail, cliente de e-mail e aplicativos de reunião depende das necessidades de acesso, integração e uso dos recursos disponíveis. Considerando esses serviços, assinale a alternativa correta:
- a) O webmail exige a instalação de um programa específico no computador para permitir o envio e recebimento de mensagens.
 - b) Clientes de e-mail não permitem configurar contas de diferentes provedores, pois funcionam apenas com um único serviço de correio eletrônico.
 - c) Aplicativos como Microsoft Teams e Google Meet são destinados exclusivamente ao envio de mensagens de texto, sem suporte a reuniões virtuais.
 - d) Ferramentas de colaboração podem integrar comunicação, reuniões on-line e compartilhamento de informações, favorecendo atividades realizadas remotamente.
 - e) O trabalho remoto elimina a necessidade de controles de acesso, pois os usuários utilizam apenas dispositivos pessoais.
9. Em processos administrativos eletrônicos, a assinatura digital é utilizada para garantir a autenticidade e a integridade de documentos. Considerando esse recurso, assinale a alternativa correta:
- a) A assinatura digital utiliza mecanismos criptográficos para vincular a identidade do signatário ao documento e permitir a verificação de possíveis alterações.
 - b) A assinatura digital impede qualquer cópia do documento assinado, tornando sua reprodução tecnicamente impossível.
 - c) A assinatura digital tem como finalidade principal reduzir o tamanho dos arquivos armazenados nos sistemas administrativos.
 - d) A assinatura digital substitui a necessidade de controle de acesso aos sistemas, pois qualquer documento assinado passa a ser protegido contra todos os tipos de ataque.
 - e) A assinatura digital funciona apenas quando o documento permanece armazenado no mesmo computador em que foi criado.
10. Em projetos de cidades inteligentes, a Internet das Coisas (IoT) permite integrar dispositivos conectados para coletar informações e apoiar a tomada de decisões. Considerando a aplicação de IoT nesse contexto, assinale a alternativa correta:
- a) Dispositivos IoT funcionam sem necessidade de comunicação em rede, pois realizam todo o processamento de forma isolada.
 - b) A IoT em cidades inteligentes é utilizada apenas para disponibilizar acesso à Internet para os cidadãos, sem participação no monitoramento de serviços públicos.
 - c) Sensores e dispositivos conectados podem coletar dados em tempo real, permitindo aplicações como monitoramento de trânsito, gestão de iluminação e controle de recursos urbanos.
 - d) A implementação de IoT elimina totalmente a necessidade de análise humana, pois todas as decisões são tomadas automaticamente pelos dispositivos.
 - e) Dispositivos IoT não apresentam riscos de segurança, pois utilizam comunicação exclusiva entre equipamentos autorizados.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

O enunciado a seguir, refere-se às questões **11**, **12** e **13**

Corujinha realizou uma pesquisa, na comunidade concurseira, sobre hábitos alimentares de 300 concurseiros, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de carne;
- 100 gostam de feijoada;
- 80 gostam de galeto;
- 50 gostam de carne e feijoada;
- 40 gostam de carne e galeto;
- 30 gostam de feijoada e galeto;
- 20 gostam dos três.

11. O número de concurseiros que não gostam de nenhum dos pratos listados acima é igual a:

- a) 70
- b) 110
- c) 85
- d) 125
- e) 100

12. Quatro pessoas são escolhidas aleatoriamente dentre os concurseiros que gostam **SOMENTE** de carne e feijoada. Calcule a quantidade de maneiras que essa escolha pode ser feita.

- a) 27.405
- b) 27.435
- c) 27.450
- d) 27.500
- e) 27.542

13. Escolhendo-se aleatoriamente um concurseiro, qual é a probabilidade de que ela goste de carne e galeto OU feijoada e galeto?

- a) $1/2$
- b) $1/3$
- c) $1/4$
- d) $1/5$
- e) $1/6$

Utilize o texto abaixo para resolver as questões **14** e **15**.

P1: Se Caio não é alegre, então Gael samba.

P2: Se Caio é alegre, então José não é festeiro.

P3: José é festeiro.

14. A conclusão do argumento acima é:

- a) Caio é alegre e o Gael não samba
- b) Caio não é alegre e Gael samba
- c) Caio é alegre e Gael samba
- d) Caio não é alegre e Gael não samba
- e) se José não é festeiro, então Gael não samba

15. A negação da proposição P1 é:

- a) Se Caio não é alegre então Gael não samba
- b) Se Caio não é alegre então Gael samba
- c) Caio é alegre e Gael não samba
- d) Caio não é alegre e Gael não samba
- e) Caio é alegre e Gael samba

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

16. Júlia, servidora recém-empossada em cargo público, ao estudar os sistemas de controle jurisdicional da administração pública, anotou que a doutrina costuma identificar dois grandes modelos: o sistema de jurisdição una (também chamado de sistema inglês) e o sistema de dualidade de jurisdição, ou sistema do contencioso administrativo (também chamado de sistema francês). A respeito desses sistemas e do modelo adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adota o sistema de dualidade de jurisdição, também chamado de sistema francês, segundo o qual cabe a órgãos de contencioso administrativo, integrantes da própria estrutura do Poder Executivo, proferir a decisão final e definitiva sobre os litígios que envolvam a administração pública, subtraindo tal apreciação do Poder Judiciário.
- b) No sistema de jurisdição una, também chamado de sistema inglês e adotado pelo Brasil, o Poder Judiciário detém o monopólio, ou quase monopólio, da função jurisdicional, competindo-lhe apreciar, com força de definitividade, lesão ou ameaça a direito, inclusive quando o litígio envolver atos praticados pela própria administração pública.
- c) O sistema de dualidade de jurisdição, adotado pelo Brasil por influência do modelo francês, permite que os Tribunais de Contas, no exercício da função de controle externo, profiram decisões revestidas de coisa julgada em sentido estritamente judicial, insuscetíveis de reapreciação pelo Poder Judiciário.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto na Constituição Federal, é o principal fundamento do sistema de dualidade de jurisdição.
- e) A adoção do sistema de jurisdição una pelo ordenamento brasileiro impede que a própria administração pública, no exercício do poder-dever de autotutela, desfaça de ofício os seus próprios atos ilegais, cabendo tal atribuição, com exclusividade, ao Poder Judiciário.

17. A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão recebeu, tempestivamente, o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) sobre as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado, com proposta de rejeição. Em sessão de julgamento, a maioria simples dos deputados estaduais presentes deliberou pela aprovação das Contas do Governador. Considerando a repartição constitucional de competências entre o TCE/MA e o Poder Legislativo estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A deliberação da Assembleia Legislativa é inválida, pois a Constituição Federal exige quórum qualificado de dois terços dos deputados estaduais para que o parecer prévio do TCE deixe de prevalecer.
- b) Compete privativamente ao TCE/MA o efetivo julgamento das contas anuais prestadas pelo Governador do Estado.
- c) Cabe à Assembleia Legislativa o efetivo julgamento das contas do Governador, não havendo, nesse caso, quórum qualificado constitucionalmente exigido para que a Casa Legislativa delibere de forma diversa da conclusão do parecer prévio.
- d) Além da emissão do parecer prévio sobre as contas de governo do Governador, compete exclusivamente à Assembleia Legislativa o julgamento das contas de gestão dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos estaduais.
- e) Em razão do princípio da simetria em relação ao modelo federal, o TCE/MA somente pode instaurar processo de tomada de contas especial contra administrador estadual mediante prévia autorização da Assembleia Legislativa.

18. A respeito da organização constitucional do Tribunal de Contas da União e das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 139/2026, assinale a alternativa correta.

- a) O TCU é integrado por nove Ministros, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.
- b) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado.
- c) Os Ministros do TCU, quando no exercício regular da judicatura, têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete privativamente ao Congresso Nacional a nomeação dos nove Ministros do TCU, ainda que a indicação, conforme o caso, seja de competência do Chefe do Executivo.
- e) O auditor do TCU, quando não estiver em substituição a Ministro, exerce atribuições de natureza meramente opinativa e consultiva, não lhe sendo asseguradas, nessas hipóteses, as garantias e os impedimentos próprios da magistratura.

19. Quanto à classificação do controle da administração pública relativamente à natureza ou ao aspecto do objeto controlado, assinale a alternativa correta.

- a) O controle de mérito, que envolve o juízo de conveniência e oportunidade dentro da margem de liberdade conferida por lei ao agente público, pode ser exercido na função jurisdicional.
 - b) O controle de legalidade, quando exercido pelo Poder Judiciário, poderá ensejar tanto a anulação quanto a convalidação do ato administrativo viciado, esta última desde que se trate de vício sanável.
 - c) O controle de legalidade pode ser exercido pelos três Poderes, ao passo que o controle de mérito constitui, em regra, prerrogativa exclusiva da administração pública.
 - d) Constatado que um ato discricionário foi praticado de forma desproporcional ou desarrazoada, ainda que dentro dos limites máximos previstos em lei, não poderá o Poder Judiciário invalidá-lo, sob pena de indevida invasão do mérito administrativo.
 - e) O controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas depende sempre de prévia provocação do interessado.
-

20. Um servidor público municipal foi punido com pena de advertência e interpôs, junto à própria autoridade que proferiu a decisão, recurso hierárquico próprio dirigido à autoridade imediatamente superior, pleiteando o cancelamento da sanção. Ao apreciar o recurso, a autoridade superior decidiu não apenas manter a punição, mas agravá-la para suspensão, sem notificar previamente o servidor sobre essa possibilidade. Considerando a disciplina dos recursos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada, em qualquer hipótese, a aplicação da *reformatio in pejus* em sede de recurso administrativo, ainda que este tenha sido interposto pelo próprio interessado, motivo pelo qual a conduta da autoridade superior é ilegal.
- b) A conduta da autoridade superior é irregular, não pela agravação da pena em si, mas por não ter sido concedida ao servidor a oportunidade de se manifestar previamente sobre a possibilidade de agravamento, providência exigida para preservação do contraditório e da ampla defesa.
- c) Caso o servidor viesse a descobrir, anos depois, fatos novos capazes de demonstrar sua inocência quanto à infração que originou a punição, não poderia mais rediscutir a matéria na via administrativa, ante a preclusão decorrente do esgotamento dos recursos ordinários cabíveis.
- d) Se o recurso interposto pelo servidor tivesse sido dirigido a um órgão colegiado especialmente instituído para o julgamento de recursos, sem relação de hierarquia com a autoridade prolatora da decisão, seria dispensável previsão legal expressa para a sua admissibilidade, por se tratar de recurso hierárquico próprio.
- e) Ainda que a legislação de regência exigisse o depósito prévio em dinheiro como condição de admissibilidade do recurso, tal exigência seria válida, por se tratar de requisito formal de natureza processual.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Herbert Almeida

21. Em processo de tomada de contas especial instaurado pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) para apurar possível dano ao erário municipal, o relator verificou que o gestor responsável não deu causa a qualquer prejuízo, mas cometeu impropriedade de natureza formal na execução da despesa, insuficiente para configurar as hipóteses de irregularidade previstas em lei. Verificou-se, ainda, que, em razão do baixo valor estimado do eventual ressarcimento, o custo da cobrança judicial seria superior ao proveito econômico da medida. Considerando a disciplina da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA) sobre as decisões em processos de contas, assinale a alternativa correta.

- a) Diante da ausência de dano ao erário, as contas serão consideradas iliquidáveis, com o consequente trancamento do processo.
- b) As contas deverão ser julgadas regulares com ressalva, hipótese em que, comprovado o eventual recolhimento de multa imputada, o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará a adoção de medidas necessárias à correção das irregularidades ou faltas identificadas.
- c) Ainda que o custo da cobrança judicial seja superior ao valor do eventual ressarcimento, é vedado ao TCE/MA determinar o arquivamento do processo sem o cancelamento do débito.
- d) A decisão que julgar as contas regulares com ressalva tem natureza terminativa.
- e) A existência de impropriedade formal, ainda que não resulte dano ao erário, sujeita obrigatoriamente o responsável à sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão.

22. O Ministério Público junto ao TCE/MA, dez meses após o término do prazo para interposição de recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas de determinado gestor municipal, tomou conhecimento de fatos novos, consistentes em documentos não examinados no processo original, aptos a demonstrar a existência de responsáveis adicionais pelo dano apurado. Considerando o regime recursal previsto na Lei nº 8.258/2005, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público está impedido de questionar a decisão, pois, transcorrido o prazo de reconsideração, opera-se a preclusão consumativa.
- b) O instrumento cabível é o recurso de revisão, de natureza similar à ação rescisória, que pode ser interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal dentro do prazo de dois anos, sem efeito suspensivo.
- c) O instrumento cabível é o recurso de reconsideração, ainda que fora do prazo ordinário de quinze dias, pois a superveniência de fatos novos autoriza sua interposição a qualquer tempo, com efeito suspensivo sobre a integralidade do acórdão recorrido.
- d) Cabem embargos de declaração, já que o objetivo é sanar omissão do acórdão quanto à responsabilidade de terceiros, sendo dispensada, nessa hipótese, a prévia audiência do Ministério Público, por se tratar do próprio recorrente.
- e) O Ministério Público junto ao Tribunal não possui legitimidade para interpor qualquer dos recursos previstos na Lei Orgânica do TCE/MA, sendo essa prerrogativa exclusiva da parte interessada ou de seus sucessores.

23. Segundo o Regimento Interno do TCE/MA, sobre a sustentação oral no julgamento de processos, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível em qualquer caso, inclusive no julgamento de embargos de declaração.
- b) O prazo da parte é de quinze minutos, improrrogável, sem admitir aparte.
- c) Havendo mais de um interessado representado pelo mesmo procurador, o prazo é duplicado.
- d) O requerimento pode ser apresentado verbalmente, já no início da sessão.
- e) Após a sustentação da parte, é vedada qualquer manifestação do Ministério Público.

24. O Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão formulou consulta ao TCE/MA, articulada e devidamente instruída com parecer do órgão de assistência jurídica da Secretaria, acerca de caso concreto na aplicação de recursos vinculados à área de saúde. A autoridade, contudo, não demonstrou a pertinência temática da consulta com as atribuições da Secretaria da Fazenda. Considerando a disciplina da consulta na Lei nº 8.258/2005, assinale a alternativa correta.

- a) A consulta deve ser conhecida e respondida pelo Tribunal, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade.
- b) A resposta à consulta, uma vez conhecida, teria caráter vinculante quanto ao caso concreto relativo ao Município mencionado, constituindo prejulgamento do processo de fiscalização em curso.
- c) A consulta não deve ser conhecida, tanto por não ter sido demonstrada a pertinência temática exigida da autoridade consulente quanto por versar sobre caso concreto.
- d) A consulta deve ser conhecida exclusivamente em razão de estar instruída com parecer do órgão de assistência jurídica da Secretaria, requisito que, por si só, supre a ausência de pertinência temática.
- e) Secretários de Estado não figuram, em qualquer hipótese, entre as autoridades legitimadas a formular consulta ao TCE/MA.

25. Após a vacância do cargo de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/MA, iniciou-se o procedimento de escolha do novo Chefe da instituição. Considerando a disciplina da Lei nº 8.258/2005 sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, assinale a alternativa correta.

- a) O Procurador-Geral é nomeado pelo Presidente do Tribunal de Contas, após aprovação do Plenário, dentre os Subprocuradores-Gerais integrantes da carreira, observado o critério de rodízio, para mandato de dois anos.
- b) O ingresso na carreira do Ministério Público junto ao TCE/MA ocorre diretamente no cargo de Subprocurador-Geral, mediante concurso público de provas e títulos, sendo o cargo de Procurador de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado.
- c) A escolha do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/MA compete privativamente ao Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada entre os Procuradores da carreira.
- d) Os membros do Ministério Público junto ao TCE/MA são nomeados pelo Presidente do Tribunal de Contas, entre bacharéis em direito aprovados em concurso público, não havendo participação do Governador do Estado em qualquer etapa do processo de investidura.
- e) A promoção na carreira do Ministério Público junto ao TCE/MA, do cargo de Procurador para o de Subprocurador-Geral, ocorre exclusivamente pelo critério de antiguidade, sendo vedada, em qualquer hipótese, a promoção por merecimento.

indígenas e inseriu-se nas disputas europeias pelo domínio de territórios americanos.

A respeito da presença francesa no Maranhão, assinale a opção correta.

- a) Os franceses ocuparam o Maranhão com autorização da Coroa portuguesa, interessada em povoar a região.
- b) A França Equinocial permaneceu sob domínio francês até a ocupação neerlandesa de São Luís, em 1641.
- c) A presença francesa foi encerrada em 1615, após a reação portuguesa, da qual participou Jerônimo de Albuquerque.
- d) A expulsão dos franceses resultou na imediata criação do Estado do Maranhão, ainda em 1615.
- e) O projeto francês não estabeleceu alianças com os povos indígenas que habitavam a região.

27. No final do século XVII, colonos maranhenses enfrentavam problemas de abastecimento e reclamavam da atuação da Companhia de Comércio do Maranhão. Também se opunham aos jesuítas, que procuravam impedir a escravização indiscriminada dos indígenas.

Considerando esse contexto, assinale a opção correta acerca da Revolta de Beckman.

- a) Constituiu um movimento abolicionista contrário à exploração de indígenas e africanos.
- b) Contestou o monopólio comercial, a atuação da companhia de comércio e a posição dos jesuítas sobre a utilização da mão de obra indígena.
- c) Defendeu a separação do Maranhão e sua incorporação ao território francês.
- d) Foi liderada por africanos escravizados e resultou na abolição da escravidão indígena.
- e) Ocorreu durante o período pombalino e provocou o fechamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

HISTÓRIA

Alessandra (Alê) Lopes

26. Em 1612, a expedição comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, estabeleceu uma colônia francesa na ilha do Maranhão. O projeto, denominado França Equinocial, contou com a aproximação entre os franceses e grupos

28. A proclamação da Independência, em 1822, não produziu a adesão imediata de todas as províncias. No Maranhão, os vínculos comerciais e políticos com Portugal favoreceram a resistência ao governo de D. Pedro I.

Acerca da adesão do Maranhão à Independência do Brasil, assinale a opção correta.

- a) O Maranhão reconheceu a Independência imediatamente após o Sete de Setembro.
- b) A adesão ocorreu em 1823 e foi influenciada pelas lutas travadas no Piauí e pelo avanço das forças favoráveis à Independência.
- c) A província permaneceu oficialmente ligada a Portugal até a abdicação de D. Pedro I, em 1831.
- d) A adesão ocorreu pacificamente, sem resistência dos grupos ligados aos interesses portugueses.
- e) A resistência maranhense decorreu da inexistência de relações econômicas com Portugal.

29. A Balaiada começou em meio às disputas entre grupos da elite maranhense, mas adquiriu caráter popular com a participação de vaqueiros, artesãos, sertanejos pobres, escravizados e libertos.

Com relação à Balaiada, assinale a opção correta.

- a) Foi um movimento socialmente homogêneo e permaneceu sob o controle das elites liberais durante todo o conflito.
- b) Ocorreu no Segundo Reinado e teve como principal objetivo restaurar o governo de D. Pedro I.
- c) Teve início no Maranhão, mas não alcançou áreas da província do Piauí.
- d) A participação popular relacionou-se à pobreza, à exploração social, ao recrutamento militar forçado e à violência das autoridades locais.
- e) Cosme Bento liderou as forças imperiais responsáveis pela repressão aos escravizados incorporados ao movimento.

30. Durante parte do período democrático iniciado em 1945, Vitorino Freire exerceu forte influência sobre a política maranhense. Seu poder estava relacionado ao controle partidário e à construção de uma ampla rede de alianças.

A respeito do vitorinismo, assinale a opção correta.

- a) Baseou-se em alianças com o poder federal, no controle do PSD estadual e em relações clientelistas com lideranças municipais.
- b) Constituiu um movimento popular que rejeitava alianças partidárias e práticas clientelistas.
- c) Caracterizou-se pela oposição permanente de Vitorino Freire ao governo federal.
- d) Foi encerrado pela Revolução de 1930 e substituído imediatamente pelo sarneísmo.
- e) Consolidou-se depois da eleição de José Sarney para o governo estadual, em 1965.

GEOGRAFIA*Priscila Lima*

31. A distribuição das chuvas e das temperaturas interfere diretamente na dinâmica dos rios, na disponibilidade hídrica e no calendário das atividades agropecuárias. No Maranhão, essas condições apresentam variações espaciais e sazonais significativas.

Sobre os padrões climáticos observados no território maranhense, é correto afirmar que

- a) as maiores precipitações anuais concentram-se no sul e no sudoeste, onde a atuação prolongada da Zona de Convergência do Atlântico Sul mantém elevada umidade durante grande parte do ano, enquanto o litoral norte apresenta estação seca mais extensa e temperaturas médias inferiores devido à influência oceânica.
- b) os maiores volumes de chuva ocorrem predominantemente no leste e no nordeste, devido à entrada direta dos alísios provenientes do Atlântico, enquanto o oeste apresenta condições mais secas por sua maior continentalidade; as temperaturas diminuem progressivamente em direção ao sul, sobretudo em razão do aumento da latitude.
- c) a pluviosidade apresenta relativa homogeneidade entre as diferentes regiões do estado, com a estação chuvosa concentrada principalmente entre janeiro e junho; as diferenças climáticas internas resultam sobretudo das variações altimétricas, responsáveis por contrastes acentuados de temperatura entre o litoral e as áreas interiores.
- d) os maiores totais pluviométricos tendem a ocorrer no norte e no noroeste, enquanto setores do centro-leste e do sudeste apresentam menores acumulados; além disso, a estação chuvosa ocorre mais tarde no norte, sob forte influência da ZCIT, enquanto no sul se inicia ainda na primavera, associada sobretudo à ZCAS e a sistemas frontais.
- e) o noroeste apresenta características equatoriais, com chuvas abundantes e regularmente distribuídas durante todos os meses, enquanto o centro, o leste e o sul possuem estação chuvosa menos concentrada em razão da maior

participação de frentes frias; as temperaturas permanecem praticamente uniformes devido às baixas altitudes predominantes no estado.

32. A rede hidrográfica constitui um componente fundamental da organização territorial do Maranhão, exercendo papel relevante no abastecimento urbano, nas atividades econômicas e na configuração de diferentes paisagens do estado.

Sobre as principais bacias hidrográficas maranhenses e sua distribuição territorial, é correto afirmar que

- a) a bacia do Parnaíba delimita parte da fronteira ocidental do Maranhão com o Pará, enquanto a bacia do Gurupi acompanha o limite oriental com o Piauí; já a bacia Tocantins-Araguaia ocupa principalmente o norte do estado e apresenta drenagem voltada ao Golfão Maranhense.
- b) o Parnaíba acompanha parte da divisa oriental com o Piauí, o Gurupi integra o limite ocidental com o Pará e a bacia Tocantins-Araguaia alcança o sudoeste maranhense; paralelamente, bacias como Mearim, Itapecuru e Munim são constituídas por cursos que se desenvolvem no próprio território estadual.
- c) as bacias do Parnaíba, Gurupi e Tocantins-Araguaia são consideradas genuinamente maranhenses porque suas principais nascentes se encontram no estado, enquanto Mearim, Itapecuru e Munim são classificadas como interestaduais por atravessarem os limites do Maranhão antes de alcançarem o oceano.
- d) a maior parte da drenagem maranhense integra a bacia Tocantins-Araguaia, responsável também pelos rios Pindaré, Grajaú e Mearim, enquanto as bacias do Itapecuru e do Munim correspondem a sistemas costeiros de pequena extensão restritos às proximidades da Ilha do Maranhão.
- e) os rios Mearim, Pindaré e Grajaú compõem bacias hidrográficas independentes e de domínio federal, pois seus cursos atravessam diferentes unidades da Federação, enquanto o Parnaíba constitui uma bacia exclusivamente maranhense cuja desembocadura ocorre na Baía de São Marcos.

33. O Censo Demográfico de 2022 registrou 6.776.699 habitantes no Maranhão, distribuídos em uma área extensa, resultando em densidade demográfica de 20,56 hab./km². São Luís, com mais de 1 milhão de habitantes, e Imperatriz, com cerca de 273 mil, destacam-se entre os principais centros populacionais do estado.

A configuração atual da população maranhense pode ser explicada pelo fato de que

- a) o povoamento historicamente desigual, inicialmente mais expressivo no litoral e em áreas articuladas aos vales fluviais, foi acompanhado pela interiorização da ocupação e, posteriormente, pela expansão das cidades e dos eixos rodoviários, favorecendo migrações internas e a concentração populacional em centros como São Luís e Imperatriz.
- b) a baixa densidade média resulta de uma ocupação historicamente homogênea, pois a população se distribuiu de forma equilibrada entre litoral e interior, enquanto a urbanização recente decorreu principalmente do crescimento natural das cidades, com participação reduzida das migrações internas.
- c) a maior concentração populacional formou-se originalmente no sul do estado, impulsionada pela mineração colonial, deslocando-se posteriormente para o litoral com a industrialização de São Luís, processo que explica a atual predominância demográfica das áreas costeiras.
- d) a urbanização maranhense ocorreu de maneira precoce e esteve associada principalmente à industrialização iniciada no século XIX, reduzindo desde então a importância da população rural e limitando os movimentos migratórios entre pequenas cidades e centros regionais.
- e) a distribuição atual caracteriza-se pela concentração quase exclusiva na faixa litorânea, enquanto o interior permanece pouco povoado e com reduzida rede urbana, uma vez que a expansão agropecuária e das rodovias teve pouca influência sobre os movimentos populacionais estaduais.

34. A agricultura maranhense reúne sistemas produtivos bastante distintos, desde cultivos alimentares desenvolvidos em diferentes regiões do estado até áreas de produção mecanizada de grãos fortemente integradas aos mercados nacional e internacional. Nas últimas décadas, a expansão dessa agricultura comercial também ampliou a importância da infraestrutura de circulação para a organização do território.

Sobre a agricultura maranhense e sua articulação com os sistemas de transporte, é correto afirmar que

- a) a produção de soja concentra-se principalmente no norte maranhense, aproveitando a maior pluviosidade regional, enquanto Balsas se destaca pelos cultivos de arroz e mandioca destinados ao mercado interno e escoados sobretudo pelos aeroportos de São Luís e Imperatriz.
- b) o avanço da soja no sul do estado consolidou Balsas como centro produtor, porém seu escoamento ocorre principalmente por hidrovias interiores até o litoral, enquanto o Porto do Itaqui mantém maior especialização em minérios e participação reduzida nas exportações agrícolas.
- c) a modernização agrícola ampliou a produção de soja e milho no sul, mas a distância entre Balsas e o capital restringe sua integração ao mercado externo, fazendo com que a maior parte dos grãos seja direcionada por rodovias aos portos das regiões Sudeste e Sul.
- d) a expansão da agricultura empresarial no entorno de Balsas foi acompanhada pela melhoria das rodovias, mas a ausência de integração ferroviária com São Luís mantém os aeroportos regionais como alternativa relevante para o transporte de soja destinada ao mercado internacional.
- e) Balsas integra uma importante área produtora de soja e milho no sul maranhense, articulada por rodovias a corredores ferroviários que alcançam São Luís; nesse sistema, o Porto do Itaqui e o TEGRAM assumem papel estratégico na exportação de grãos.

35. A economia maranhense combina atividades industriais ligadas ao aproveitamento e ao processamento de matérias-primas com um setor terciário que exerce papel crescente na geração de renda e na articulação das principais cidades do estado.

Sobre a organização espacial da indústria e do comércio no Maranhão, é correto afirmar que

- a) o parque industrial concentra-se principalmente no sul agrícola, onde Balsas reúne siderurgia, produção de alumínio e indústrias químicas, enquanto São Luís exerce função predominantemente administrativa e apresenta menor participação industrial.
- b) a industrialização maranhense caracteriza-se pelo predomínio de pequenas indústrias de bens de consumo no interior, com reduzida presença de atividades de base, enquanto o comércio permanece pouco concentrado nos principais centros urbanos.
- c) São Luís reúne importantes atividades industriais, entre elas o complexo de alumina e alumínio, enquanto Açailândia se destaca pela atividade siderúrgica; paralelamente, o comércio e os serviços reforçam a centralidade de São Luís e de Imperatriz na rede urbana estadual.
- d) a indústria de transformação apresenta distribuição homogênea pelo território, acompanhando a rede de pequenas cidades, enquanto as atividades comerciais se concentram no litoral devido à reduzida capacidade de polarização dos centros urbanos do interior.
- e) a implantação das indústrias de base ocorreu desvinculada dos corredores de transporte, pois essas atividades atendem principalmente ao mercado estadual, ao passo que o setor terciário se desenvolveu prioritariamente em municípios rurais próximos às áreas agrícolas.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

36. Acerca das características e da eficácia dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.
- a) A inalienabilidade dos direitos fundamentais implica seu caráter absoluto, de modo que eles não admitem restrição nem mesmo em hipóteses de colisão com outros direitos.
 - b) Os direitos fundamentais são imprescritíveis, não se perdendo pelo simples decurso do tempo, ainda que não exercidos pelo titular.
 - c) Os direitos fundamentais vinculam exclusivamente o Poder Público, sendo incabível sua incidência nas relações entre particulares.
 - d) Os direitos de segunda dimensão correspondem às liberdades públicas de caráter negativo, que exigem abstenção estatal.
 - e) O princípio da vedação ao retrocesso social autoriza o legislador a suprimir livremente normas já concretizadoras de direitos sociais, desde que por lei ordinária.

37. Considerando a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais e a incorporação de tratados internacionais no ordenamento brasileiro, assinale a opção correta.

- a) A expressão *direitos fundamentais* designa os direitos reconhecidos em documentos internacionais, ao passo que "direitos humanos" se refere àqueles positivados na Constituição de determinado Estado.
- b) Todo tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil ingressa automaticamente no ordenamento com status de emenda constitucional.
- c) Segundo o STF, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados sem observância do rito especial previsto na Constituição Federal possuem status de norma supralegal, situando-se abaixo da Constituição e acima da legislação ordinária.
- d) O rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal é taxativo, não admitindo ampliação por tratados internacionais.
- e) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram incorporados ao direito brasileiro com status de lei supralegal

38. A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, assinale a opção correta.

- a) A DUDH foi aprovada como resolução da Assembleia Geral da ONU, não possuindo, em sua origem formal, natureza de tratado internacional.
- b) A DUDH foi adotada em 1945, simultaneamente à Carta das Nações Unidas, em São Francisco.
- c) A DUDH contempla exclusivamente direitos civis e políticos.
- d) De acordo com a DUDH, o direito de asilo pode ser invocado por pessoa perseguida em razão da prática de crime comum.
- e) A DUDH admite a aplicação de pena de morte e de penas cruéis nos casos expressamente previstos na legislação interna de cada Estado.

39. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a opção correta.

- a) A pessoa com deficiência mental ou intelectual é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil, devendo ser representada por curador.
- b) A curatela da pessoa com deficiência é medida extraordinária e proporcional às necessidades e circunstâncias de cada caso, afetando tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- c) A tomada de decisão apoiada é processo pelo qual a pessoa com deficiência elege, no mínimo, cinco apoiadores, que passam a representá-la em todos os atos da vida civil.
- d) Adaptação razoável e desenho universal são expressões sinônimas, ambas designando modificações individualizadas realizadas em caso concreto.
- e) O direito ao casamento e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos é assegurado apenas à pessoa com deficiência física, vedado o seu exercício pela pessoa com deficiência intelectual.

40. No que se refere à acessibilidade e à prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assinale a opção correta.

- a) Terão atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.
- b) A prioridade de atendimento prevista na Lei n.º 10.048/2000 somente alcança os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
- c) Cada brinquedo e equipamento de lazer em parques públicos devem ser adaptados e identificados, no percentual mínimo de 10% para possibilitar a utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- d) O conceito de barreiras se restringem a obstáculos de natureza arquitetônica e urbanística.
- e) Os veículos de transporte coletivo estão dispensados de reservar assentos aos beneficiários da prioridade de atendimento, bastando a orientação verbal dos demais passageiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Elisabete Moreira*

41. A respeito das características das organizações formais modernas e dos critérios de departamentalização no setor público, assinale a alternativa correta

- a) A departamentalização por processos apresenta como principal limitação a diminuição da flexibilidade organizacional, sendo altamente indicada para ambientes instáveis que demandem rápidas respostas aos clientes externos.
- b) A estrutura matricial é classificada pela doutrina como uma estrutura organizacional tradicional, pois preserva o princípio da unidade de comando.
- c) A departamentalização funcional favorece a especialização do trabalho e o uso racional dos recursos, mas pode gerar a alienação das áreas e a perda da visão sistêmica do objetivo organizacional.
- d) A autoridade de linha refere-se às funções de consultoria e assessoria especializada, não possuindo poder de decisão e comando sobre os subordinados operacionais.
- e) A departamentalização geográfica é especialmente recomendada quando a organização busca a padronização de processos operacionais e a centralização administrativa completa em sua sede.

42. As organizações modernas se valem da departamentalização visando promover a diferenciação horizontal, que permite a simplificação do trabalho e o melhor aproveitamento dos recursos para o alcance dos objetivos organizacionais. Nesse contexto, uma organização que agrupa suas atividades com base em conhecimentos e habilidades adota a departamentalização:

- a) Por Clientes.
- b) Geográfica.
- c) Matricial.
- d) Por Processos.
- e) Funcional.

43. No tocante ao processo organizacional e suas funções, assinale a alternativa correta.

- a) No processo de controle, a amplitude de controle refere-se às etapas sequenciais de estabelecimento de padrões, mensuração do desempenho e aplicação de ações corretivas.
- b) A função direção abrange precipuamente o estabelecimento de objetivos organizacionais e a alocação dos recursos financeiros para o atingimento das metas traçadas no nível estratégico.
- c) A comunicação formal vertical ascendente ocorre no sentido dos subordinados para os gestores, sendo fundamental para o fornecimento de feedback sobre o desempenho operacional e o clima organizacional.
- d) O controle estratégico atua no nível operacional de curto prazo, focando no monitoramento das tarefas diárias e no cumprimento de metas de produtividade individual.
- e) O planejamento é a função responsável por manter a organização no rumo, a partir do estabelecimento de metas e objetivos a serem atingidos.

44. A gestão de processos constitui uma abordagem disciplinada para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar e controlar processos de negócio. Considerando os conceitos e práticas dessa gestão no setor público, assinale a alternativa correta.

- a) A notação BPMN (*Business Process Model and Notation*) consiste em um método padronizado de representação gráfica que visa preencher a lacuna entre o desenho do processo e sua implementação operacional.
- b) O mapeamento de processos exige a fragmentação da organização em funções, prescindindo da visão do fluxo ponta a ponta focado no cliente final.
- c) A modelagem de processos AS-IS foca no estado futuro desejado dos processos, no qual se implementam melhorias, automações e eliminação de gargalos.
- d) A adoção de um software de notação BPMN garante a completa transformação e maturidade dos processos de uma organização pública.
- e) Um processo primário destina-se a prestar suporte técnico-administrativo interno.

45. Na gestão de projetos, o gerenciamento do escopo, tempo, custos e riscos exige precisão metodológica. A respeito do gerenciamento de projetos, assinale a alternativa correta.

- a) A Estrutura Analítica do Projeto (EAP) é um gráfico de linhas que demonstra a alocação de recursos financeiros ao longo do cronograma físico do projeto.
- b) O caminho crítico em uma rede de precedência representa a sequência de atividades que possui a maior folga total de tempo, podendo sofrer atrasos sem impactar o prazo final do projeto.
- c) O gerenciamento de riscos abrange a identificação e a mitigação de eventos de impacto negativo, desconsiderando impacto positivo no projeto.
- d) O termo de abertura do projeto é o documento formal que autoriza o início do projeto e concede

ao gerente de projetos a autoridade para aplicar recursos organizacionais às atividades.

- e) A linha de base do escopo é composta pelo cronograma detalhado do projeto e pela declaração de premissas financeiras.

46. O Planejamento Estratégico no setor público busca alinhar os recursos internos às oportunidades e ameaças do ambiente externo. Em relação ao modelo do *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido por Kaplan e Norton, assinale a alternativa correta.

- a) O BSC restringe sua análise ao monitoramento de indicadores financeiros de curto prazo, descartando métricas intangíveis de desempenho.
- b) As quatro perspectivas tradicionais do BSC são: Financeira, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- c) O mapa estratégico serve para demonstrar graficamente os objetivos organizacionais, sem a necessidade de estabelecer relações de causa e efeito entre as perspectivas.
- d) A perspectiva Financeira ocupa invariavelmente o topo do mapa estratégico.
- e) As metas e iniciativas do BSC devem ser elaboradas pelos níveis operacionais, prescindindo de alinhamento com a visão de futuro da cúpula diretiva.

47. No âmbito da Nova Gestão Pública (*New Public Management*), a gestão de resultados na produção de serviços públicos introduziu conceitos cruciais de desempenho institucional. Com base nos indicadores de desempenho, assinale a alternativa correta.

- a) O indicador de eficiência mensura a relação entre os insumos utilizados e os produtos obtidos, focando na otimização dos custos operacionais no processo produtivo.
- b) O indicador de eficácia mede o grau de transformação do ambiente e o impacto de longo prazo gerado pela política pública na sociedade.
- c) O indicador de efetividade refere-se ao cumprimento das metas e cronogramas previstos no plano de trabalho.
- d) O indicador de economicidade avalia a promoção da equidade social na distribuição dos recursos disponibilizados aos cidadãos.
- e) A gestão por resultados foca no controle prévio de processos e meios para o alcance dos objetivos.

48. Muitas empresas utilizam ferramentas da qualidade para analisar os problemas em sua prestação de serviços. O diagrama de Ishikawa tem como objetivo principal:

- a) Identificar as poucas causas que geram grande parte dos problemas.
- b) Representar visualmente a hierarquia de cargos da organização.
- c) Mapear a relação entre um efeito indesejado e todas as suas possíveis causas.
- d) Mostrar as etapas sequenciais e as decisões ao longo de um fluxo de trabalho.
- e) Medir o grau de correlação entre duas variáveis quantitativas.

49. A excelência nos serviços públicos e a gestão da qualidade na administração contemporânea orientam-se pela centralidade do cidadão e pela melhoria contínua da prestação estatal. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento.
- b) O prazo máximo estipulado para que a Ouvidoria pública responda às manifestações dos cidadãos é de 5 dias úteis.
- c) A avaliação continuada dos serviços públicos é facultativa para os órgãos da administração direta, aplicando-se obrigatoriamente às empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
- d) A Carta de Serviços ao Usuário substitui a necessidade de publicação anual do quadro geral de cargos e funções comissionadas do órgão público.
- e) Dentre os direitos básicos dos usuários dos serviços públicos é assegurado o atendimento por ordem de chegada, ressalvados somente aqueles casos em que houver possibilidade de agendamento.

50. No âmbito da Gestão da Qualidade, o ciclo PDCA é uma ferramenta fundamental de melhoria contínua, levada ao Japão por Deming e utilizado nas organizações para gerenciar os processos internos. Levando-se em consideração o ciclo PDCA, a etapa "Check" consiste em:

- a) Executar as tarefas conforme foram previstas no plano de ação.
- b) Identificar as causas raízes dos problemas.
- c) Monitorar e medir os processos e resultados em relação aos objetivos e requisitos do serviço.
- d) Adotar ações para corrigir as variações e padronizar os processos que deram certo.
- e) Treinar os colaboradores nos novos métodos de atendimento ao público.

51. A Gestão de resultados na produção de serviços públicos fez emergir estudos mais aprofundados relacionados a temas como governança e accountability, que numa concepção mais moderna são entendidos como:

- a) Governança refere-se às condições políticas de legitimidade de um governo perante a sociedade.
- b) Accountability diz respeito à capacidade de implementar políticas públicas com eficiência.
- c) Accountability vertical é aquela exercida por órgãos de controle, como os Tribunais de Contas.
- d) Governança é a capacidade de articulação entre o Estado e atores não estatais para a gestão de políticas.
- e) Não há relação entre transparência e accountability no modelo de gestão por resultados.

52. A Nova Gestão Pública (NGP) trouxe conceitos do setor privado para o Estado, adaptando-os a realidade pública, em razão de convergências e distinções entre essas esferas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão pública é orientada pela produtividade, que se assemelha ao lucro na gestão privada.
- b) O empreendedorismo governamental defende que o Estado deve ser executor de serviços, realizando com eficiência os serviços prestados.
- c) Na liderança pública contemporânea, o foco deve ser autocrático, dada a natureza cogente e imperativa das normas administrativas.
- d) Uma das convergências entre os setores público e privado é que ambos operam sob as mesmas restrições legais e orçamentárias.
- e) O conceito de valor público é idêntico ao conceito de lucro acionário, mudando apenas a nomenclatura técnica para fins de balanço.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Ricardo Campanário

53. Na gestão pública contemporânea, a distinção contábil e operacional entre material e patrimônio é essencial para a correta alocação de despesas. Sob a ótica regulamentar, um item de suprimento adquirido para o estoque do almoxarifado que é totalmente consumido ou perde sua identidade física no primeiro uso ordinário, em um prazo inferior a dois anos, classifica-se como:

- a) Material de Consumo.
- b) Ativo Imobilizado Permanente.
- c) Bem Imóvel por Acesso.
- d) Componente Intangível Corpóreo.
- e) Resíduo de Baixa Patrimonial.

54. O patrimônio imobiliário do Estado exige um controle rigoroso por meio de sistemas informatizados corporativos. O sistema central de registro e inventário gerido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), destinado especificamente ao cadastramento, acompanhamento e controle dos bens imóveis de domínio da Federação, denomina-se:

- a) SIGAD (Sistema de Gestão Arquivística).
- b) SPIUnet (Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União).
- c) SIORG (Sistema de Organização e Inovação Institucional).
- d) SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).
- e) SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).

55. As atividades básicas da administração de material e patrimônio dividem-se em fluxos operacionais bem definidos. No que tange ao patrimônio mobiliário, o ato formal que consiste no recebimento definitivo de um bem móvel durável, com a subsequente atribuição de um número de inventário sequencial e colagem da respectiva etiqueta de identificação, denomina-se:

- a) Roteirização Físico-Química.
- b) Tombamento.
- c) Depreciação Acelerada.
- d) Inventário Rotativo Cíclico.
- e) Baixa por Inservibilidade.

56. No contexto da responsabilidade civil e administrativa sobre a guarda do patrimônio público, o documento pelo qual um servidor público formaliza a aceitação do encargo de zelar pela integridade e conservação de determinados bens permanentes que lhe foram confiados para o exercício de suas funções diárias é o:

- a) Termo de Referência da Contratação.
- b) Relatório de Conformidade Fiscal.
- c) Manifesto de Carga Patrimonial.
- d) Auto de Infração Administrativa.
- e) Termo de Guarda e Responsabilidade.

57. No gerenciamento de estoques, o cálculo da reposição depende da correta interpretação do comportamento da demanda durante o ciclo de compras. O indicador de nível que representa a quantidade física de material que, ao ser atingida no depósito, deve disparar imediatamente a emissão de uma nova requisição de compra para evitar que o estoque de segurança seja consumido no fluxo normal de atendimento denomina-se:

- a) Lote Econômico de Fabricação.
- b) Estoque Máximo Permitido.
- c) Ponto de Pedido (ou Ponto de Ressuprimento).
- d) Coeficiente de Acuracidade Cíclica.
- e) Tempo de Espera Estocástica.

58. Uma instituição pública utiliza o método First-In, First-Out (FIFO) — em português denominado PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) — para avaliar financeiramente seus estoques de insumos. Em períodos de inflação persistente na economia nacional, a aplicação exclusiva desse método de avaliação produzirá, nas demonstrações financeiras do órgão, o seguinte efeito contábil:

- a) Valorização do estoque final a preços de mercado recentes e subavaliação do custo dos materiais consumidos.
- b) Superavaliação do custo de manutenção de estoques e redução drástica do ativo circulante global.
- c) Estabilização artificial dos preços históricos médios e distorção nas quantidades físicas inventariadas.
- d) Subavaliação permanente do valor do ativo imobilizado líquido no balanço patrimonial.
- e) Eliminação contábil completa da necessidade de manutenção de reservas de estoque de segurança.

59. No planejamento e organização espacial de um almoxarifado, o gestor de materiais deve buscar a otimização do uso do espaço e o dinamismo na movimentação. O arranjo físico interno que estuda e define a melhor disposição tridimensional das áreas de estocagem, corredores de tráfego, zonas de recebimento e expedição é tecnicamente denominado:

- a) Roteirização Externa Logística.
- b) Canal de Distribuição Reversa.
- c) Layout.
- d) Sistema de Inventário Geral.
- e) Curva ABC de Criticidade.

60. A segurança física no almoxarifado envolve a prevenção de acidentes e a proteção patrimonial dos ativos contra roubos, furtos e incêndios. Entre as boas práticas recomendadas de segurança na armazenagem de materiais permanentes e de consumo pesados, inclui-se a de:

- a) Estocar os materiais mais pesados nas prateleiras superiores das estruturas (porta-pallets) para aliviar a carga no piso plano.
- b) Posicionar os itens de maior peso e volume na base das estruturas de estocagem (nível do solo), reduzindo o centro de gravidade e o risco de tombamento.
- c) Misturar produtos químicos inflamáveis e solventes junto a caixas de papelão corrugado para amortecer eventuais impactos.
- d) Restringir a ventilação natural e vedar totalmente as saídas de ar para evitar a oxidação natural de metais e ligas de aço.
- e) Empilhar caixas frágeis de forma cruzada e sem limites de altura vertical, visando o aproveitamento integral da cubagem.

61. No processo de compras nas organizações públicas, a atividade que consiste na verificação física das quantidades entregues pelo fornecedor e no confronto minucioso das especificações técnicas do produto com as regras estabelecidas no instrumento convocatório (Edital e Contrato) denomina-se:

- a) Liquidação Sumária de Despesas.
- b) Recebimento Provisório e Definitivo (Conferência Quantitativa e Qualitativa).
- c) Empenho Prévio Complementar.
- d) Tombamento Automático no Ingressar.
- e) Requisição Interna do Setor Usuário.

62. Na classificação e codificação de materiais, o método que busca reduzir a variedade excessiva de itens em estoque que cumprem exatamente a mesma função operacional na organização,

simplicando o catálogo de compras, é conhecido como:

- a) Padronização (ou Simplificação).
- b) Roteirização Dinâmica.
- c) Cross-docking.
- d) Arbitragem de Preços Específicos.
- e) Depreciação Linear Acumulada.

63. A Administração Pública constatou que um lote de veículos automotores pertencentes à sua frota oficial tornou-se antieconômico para o erário, uma vez que os custos recorrentes de manutenção mecânica superam os benefícios de sua utilização operacional. Diante disso, o procedimento correto de análise de valor e destinação final desses ativos permanentes deve culminar na:

- a) Reavaliação Monetária para cima com aumento da taxa de depreciação.
- b) Baixa Patrimonial seguida de alienação, preferencialmente por meio da modalidade licitatória de Leilão.
- c) Transferência Provisória do lote para o estoque corrente do Almoxarifado Central.
- d) Incorporação definitiva dos veículos à categoria de bens de uso comum do povo.
- e) Inclusão imediata dos chassis e placas no cadastro informatizado do SPIU.

64. A manutenção predial preventiva dos bens imóveis públicos constitui uma obrigação da gestão patrimonial para evitar o sinistro e a perda de ativos. A atividade técnica que visa manter o edifício público em perfeitas condições de estabilidade estrutural e habitabilidade, atuando na substituição planejada de componentes antes que ocorra a falha física ou colapso do sistema (ex: troca programada de fiação antiga), classifica-se como:

- a) Manutenção Corretiva Emergencial.
- b) Alienação por Dação em Pagamento.
- c) Desincorporação por Abandono.
- d) Manutenção Preventiva.
- e) Tombamento Histórico Definitivo.

GESTÃO DE CONTRATOS*Rodrigo Bet*

65. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, verificou-se que determinado setor administrativo pretendia realizar contratação destinada à aquisição de bens cujos padrões de desempenho e qualidade poderiam ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 apresentadas no material de estudo, assinale a afirmativa correta.

- a) A concorrência deverá ser utilizada obrigatoriamente, pois o pregão é restrito às contratações de serviços.
- b) O pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, admitindo-se como critérios de julgamento o menor preço ou o maior desconto.
- c) O diálogo competitivo é a modalidade adequada sempre que os bens puderem ser descritos por especificações usuais de mercado.
- d) A contratação deverá ser realizada mediante concurso, desde que o objeto apresente características técnicas previamente definidas.
- e) O pregão somente poderá ser utilizado quando o objeto envolver serviço comum de engenharia.

66. Em procedimento de contratação conduzido pelo TCE-MA, a equipe responsável elaborou inicialmente documento destinado a caracterizar o interesse público envolvido e identificar a melhor solução para determinada necessidade administrativa. Posteriormente, a partir desse documento, seriam elaborados os instrumentos necessários à contratação.

À luz da Lei nº 14.133/2021, o documento descrito corresponde ao:

- a) projeto executivo.
- b) termo de referência.
- c) anteprojeto.

d) estudo técnico preliminar.

e) projeto básico.

67. O TCE-MA pretende contratar empresa especializada para desenvolver uma solução tecnológica extremamente complexa. Durante o planejamento, a Administração concluiu que não seria possível definir com precisão suficiente as especificações técnicas do objeto, além de ser necessária a identificação, mediante interação com o mercado, dos meios e alternativas capazes de satisfazer a necessidade administrativa.

Nesse caso, considerando exclusivamente as informações constantes do material fornecido, é correto afirmar que:

- a) deverá ser utilizado obrigatoriamente o pregão.
- b) deverá ser utilizado o concurso.
- c) poderá ser adotado o diálogo competitivo.
- d) deverá ser realizado o leilão.
- e) deverá ser utilizado o credenciamento.

68. Em auditoria de uma contratação realizada por órgão estadual do Maranhão, os auditores do TCE-MA identificaram que o edital estabelecia preferência entre os licitantes em razão do local onde estavam sediadas as empresas participantes.

À luz da Lei nº 14.133/2021, essa conduta:

- a) é válida, desde que a preferência seja justificada pelo interesse público.
- b) é válida apenas quando houver diferença significativa entre os preços ofertados.
- c) é admitida nas licitações de âmbito estadual, mas não nas federais.
- d) é vedada ao agente público responsável pela área de licitações e contratos.
- e) é obrigatória quando a contratação envolver serviços de execução local.

69. Em fiscalização de contrato de obra pública, o TCE-MA constatou que determinada medição considerou a execução de 1.500 metros de determinada etapa da obra, embora apenas 1.200 metros tivessem sido efetivamente executados.

Nessa situação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a irregularidade caracteriza:

- a) reajustamento em sentido estrito.
- b) sobrepreço.
- c) superfaturamento.
- d) repactuação.
- e) alteração quantitativa legítima.

70. O TCE-MA acompanha uma contratação de serviços contínuos em que há regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Após o transcurso do período mínimo previsto em lei, a contratada solicita a recomposição dos custos decorrentes da variação dos custos contratuais.

Nesse caso, o mecanismo adequado de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é:

- a) reajustamento em sentido estrito, mediante aplicação obrigatória de índice geral de preços.
- b) repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
- c) revisão automática, independentemente da demonstração dos custos.
- d) atualização monetária, independentemente do regime de execução.
- e) reajustamento por maior desconto.

71. O TCE-MA está analisando um contrato administrativo cujo objeto consiste na realização de pequeno trabalho de manutenção predial, contratado por preço certo, podendo ou não haver fornecimento de materiais pelo contratado.

Considerando as definições da Lei nº 14.133/2021, o regime descrito corresponde à:

- a) contratação integrada.

- b) contratação semi-integrada.
- c) empreitada integral.
- d) contratação por tarefa.
- e) empreitada por preço global.

72. Determinado contrato de serviços contínuos foi celebrado pelo TCE-MA com prazo inicial de quatro anos. Durante sua execução, a Administração verificou que a manutenção do ajuste continuava economicamente vantajosa e que havia previsão no edital para prorrogações sucessivas.

Segundo o material fornecido, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de:

- a) cinco anos.
- b) seis anos.
- c) oito anos.
- d) quinze anos.
- e) dez anos.

73. Em determinado contrato administrativo celebrado pelo Estado do Maranhão, a Administração pretende promover unilateralmente uma alteração quantitativa no objeto. O contrato envolve serviço comum, não se tratando de reforma de edifício ou equipamento.

Considerando os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais:

- a) acréscimos ou supressões de até 10% do valor inicial atualizado.
- b) acréscimos de até 25% e supressões de até 50%.
- c) acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado.
- d) acréscimos ou supressões de até 50%.
- e) somente acréscimos, limitados a 25%, sendo vedadas supressões.

74. O TCE-MA identificou contrato administrativo decorrente de licitação regularmente realizada. O instrumento contratual foi assinado em determinada segunda-feira.

Considerando as regras de eficácia contratual constantes do material de estudo, a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando decorrente de licitação, deverá ocorrer no prazo de:

- a) 20 dias úteis, contados da assinatura.
- b) 5 dias úteis, contados da adjudicação.
- c) 10 dias úteis, contados da homologação.
- d) 15 dias úteis, contados da assinatura.
- e) 30 dias corridos, contados da assinatura.

75. Em uma contratação realizada pelo TCE-MA, a Administração necessita adquirir determinado equipamento produzido exclusivamente por uma empresa, não existindo outro fornecedor capaz de atender ao objeto pretendido.

Nesse cenário, considerando as hipóteses de contratação direta apresentadas no material, a Administração poderá realizar:

- a) dispensa de licitação por emergência.
- b) dispensa de licitação em razão do valor.
- c) inexigibilidade de licitação.
- d) concurso.
- e) credenciamento obrigatório.

76. O TCE-MA acompanha um procedimento de contratação no qual a Administração pretende utilizar o sistema de registro de preços para futuras aquisições. Ao examinar o edital, a equipe de auditoria verifica que o critério de julgamento adotado é o de técnica e preço.

Considerando as disposições constantes do material fornecido, a situação descrita está:

- a) correta, pois o sistema de registro de preços admite qualquer critério de julgamento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- b) incorreta, pois o critério de julgamento no sistema de registro de preços será o menor preço ou o maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado.
- c) correta, desde que o objeto seja uma obra de grande vulto.
- d) incorreta, pois o sistema de registro de preços somente pode utilizar o critério de maior desconto.
- e) correta, desde que haja autorização do Tribunal de Contas.

GOVERNO ELETRÔNICO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL*Fabiano Pereira*

77. A Lei nº 12.527/2011 estabelece conceitos indispensáveis para a adequada compreensão e aplicação das normas relativas ao acesso à informação pública. Considerando as definições previstas nas disposições gerais da Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa **correta**.

- a) Considera-se informação a unidade formal de registro produzida por órgão ou entidade pública, necessariamente materializada em documento escrito e armazenada em suporte físico, não abrangendo dados não processados nem registros mantidos em meios digitais.
- b) Informação sigilosa é aquela relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, cuja divulgação possa atingir sua intimidade, vida privada, honra ou imagem, independentemente de qualquer relação com a segurança da sociedade ou do Estado.
- c) O tratamento da informação corresponde exclusivamente às atividades de produção, recepção, classificação e utilização dos dados, não abrangendo procedimentos de reprodução, transporte, transmissão, armazenamento, avaliação, destinação, eliminação ou controle.
- d) Disponibilidade é a qualidade da informação que permite que ela seja conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados, distinguindo-se da autenticidade, da integridade e da primariedade.
- e) Primariedade é a qualidade atribuída à informação que não sofreu qualquer modificação durante sua origem, seu trânsito e seu destino, ainda que tenha sido obtida por meio de reprodução ou de fonte secundária.

78. Helena apresentou requerimento a determinado órgão público solicitando acesso a informações produzidas pelo Instituto Horizonte, entidade privada que havia mantido contrato com a

Administração, mas cujo vínculo já se encontrava encerrado.

O pedido também abrangia um relatório parcialmente sigiloso, documentos que serviram de fundamento para uma decisão administrativa ainda não editada, um projeto de pesquisa científica cujo sigilo era imprescindível à segurança do Estado e determinada documentação que não foi localizada pelo órgão responsável.

Considerando os direitos de acesso à informação previstos no art. 7º da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) O órgão público poderá negar o acesso às informações produzidas pelo Instituto Horizonte, uma vez que a extinção do vínculo contratual com a Administração também encerra a obrigação de disponibilizar informações produzidas ou custodiadas pela entidade privada.
- b) Como uma parte do relatório solicitado está submetida a sigilo, o órgão deverá negar o acesso à totalidade do documento, pois a presença de conteúdo sigiloso impede a expedição de certidão, extrato ou cópia parcial.
- c) Os documentos utilizados como fundamento da decisão administrativa devem ser fornecidos imediatamente a Helena, ainda que o respectivo ato decisório não tenha sido editado ou formalmente publicado pela autoridade competente.
- d) O órgão deverá assegurar acesso integral ao projeto de pesquisa científica, pois a proteção da segurança da sociedade ou do Estado não pode limitar o direito de acesso às informações relacionadas a atividades científicas ou tecnológicas.
- e) Informada sobre o extravio da documentação solicitada, Helena poderá requerer à autoridade competente a abertura imediata de sindicância, devendo o responsável pela guarda da informação justificar o ocorrido e indicar testemunhas no prazo de dez dias.

79. Marina apresentou pedido de acesso a informações perante a Secretaria Alfa. Durante a análise do requerimento, verificou-se que parte das informações estava imediatamente disponível, enquanto outra parte se encontrava sob a guarda de uma entidade pública diferente, conhecida pela Secretaria. Também se constatou que determinados registros estavam total ou parcialmente submetidos a sigilo.

Considerando as regras aplicáveis ao pedido de acesso previstas na Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) Mesmo que a informação esteja disponível no momento da apresentação do pedido, a Secretaria poderá aguardar o término do prazo de vinte dias para fornecê-la, pois a concessão imediata constitui mera faculdade da autoridade responsável.
- b) Não sendo possível conceder imediatamente o acesso, a Secretaria deverá responder ao requerimento no prazo fixo de trinta dias, sem necessidade de apresentar justificativa para a extensão do prazo ou de cientificar a requerente.
- c) Caso não possua a informação solicitada, a Secretaria poderá indicar, se tiver conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém ou remeter diretamente o requerimento a essa instituição, desde que Marina seja cientificada da remessa e observado o prazo legal.
- d) Ainda que sejam preservadas a segurança, a proteção das informações e a legislação aplicável, a Secretaria não poderá disponibilizar mecanismos para que Marina realize pessoalmente a pesquisa nos registros administrativos.
- e) Se o acesso for negado em razão do caráter total ou parcialmente sigiloso da informação, a Secretaria deverá comunicar apenas a existência da restrição, sendo desnecessário informar a possibilidade de recurso, seus prazos, suas condições e a autoridade competente para apreciá-lo.

80. Rafael solicitou acesso a informações mantidas por uma autarquia integrante do Poder Executivo Federal. O pedido foi indeferido, e a decisão que negou o acesso a informação parcialmente classificada como sigilosa não indicou a autoridade responsável pela classificação nem a autoridade hierarquicamente superior à qual poderia ser dirigido pedido de acesso ou de desclassificação. Após ser formalmente cientificado da decisão, Rafael pretende utilizar os recursos previstos na Lei nº 12.527/2011.

Nessa situação, assinale a alternativa **correta**.

- a) Rafael deverá apresentar o primeiro recurso administrativo no prazo de cinco dias contados da ciência da decisão, cabendo à autoridade recorrida manifestar-se no prazo de dez dias.
- b) Depois de submeter a decisão à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que a proferiu, Rafael poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deverá deliberar no prazo de cinco dias.
- c) Rafael poderá recorrer diretamente à Controladoria-Geral da União, sem que a decisão seja previamente examinada por qualquer autoridade hierarquicamente superior àquela que negou o acesso.
- d) O recurso deverá ser dirigido à mesma autoridade que proferiu a decisão impugnada, pois somente depois de eventual pedido de reconsideração será possível encaminhar a controvérsia à autoridade hierarquicamente superior.
- e) A Controladoria-Geral da União somente poderá analisar a controvérsia quando a informação tiver sido integralmente classificada como sigilosa, não possuindo competência em casos de restrição parcial de acesso.

81. A Lei nº 12.527/2011 disciplina situações nas quais a restrição de acesso não poderá prevalecer e também preserva hipóteses de sigilo estabelecidas em outras normas. Considerando as disposições gerais aplicáveis às restrições de acesso à informação, assinale a alternativa **correta**.

- a) As informações ou os documentos que tratem de condutas caracterizadoras de violação dos direitos humanos, quando praticadas por agentes públicos ou por determinação de autoridades públicas, não poderão ser submetidos à restrição de acesso.
- b) A proibição de negativa de acesso restringe-se às informações necessárias à tutela judicial de direitos fundamentais, não abrangendo procedimentos administrativos destinados à proteção desses mesmos direitos.
- c) O acesso à informação necessária à tutela administrativa de direitos fundamentais poderá ser negado sempre que a autoridade competente demonstrar que a manutenção do sigilo atende a interesse público considerado relevante.
- d) A entrada em vigor da Lei nº 12.527/2011 excluiu as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, que somente continuarão válidas se forem expressamente reproduzidas em regulamento posterior.
- e) As hipóteses de segredo industrial permanecem protegidas apenas quando decorrerem da exploração direta de atividade econômica pelo Estado, não abrangendo atividades desenvolvidas por pessoas físicas ou entidades privadas vinculadas ao poder público.

82. Determinadas informações mantidas por órgãos e entidades públicas podem ser submetidas temporariamente a restrição de acesso quando, em razão de seu conteúdo, forem consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Considerando os graus de classificação, os prazos máximos de sigilo e as regras estabelecidas na Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) As informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado poderão ser classificadas como ultrassecretas, confidenciais ou reservadas, de acordo com a gravidade dos riscos decorrentes de sua divulgação.
- b) Os prazos máximos de restrição de acesso começam a ser contados na data em que a autoridade competente formaliza a classificação da informação, ainda que sua produção tenha ocorrido em momento anterior.
- c) O prazo máximo de sigilo corresponde a vinte e cinco anos para informações ultrassecretas, dez anos para informações secretas e cinco anos para informações reservadas.
- d) As informações capazes de colocar em risco a segurança do Presidente e do Vice-Presidente da República, bem como de seus cônjuges e filhos, serão classificadas como ultrassecretas e permanecerão sob sigilo durante cinco anos após o encerramento do mandato.
- e) Em substituição aos prazos máximos previstos para cada grau de classificação, poderá ser fixada a ocorrência de determinado evento como termo final da restrição de acesso, desde que esse evento ocorra antes do transcurso do prazo máximo aplicável.

83. Marina, servidora de uma autarquia federal, recebeu autorização legal para acessar documentos classificados como sigilosos, necessários à execução de uma investigação administrativa. Durante uma reunião interna, Roberto, seu superior hierárquico, afirmou que os documentos poderiam ser compartilhados com todos os servidores lotados no setor, ainda que alguns deles não possuíssem credenciamento e não participassem diretamente da investigação, pois a condição de agente público seria suficiente para justificar o acesso.

Parte do armazenamento e do tratamento eletrônico dos documentos foi atribuída à empresa privada Dados Seguros Ltda., contratada pela autarquia. O representante da empresa sustentou que as medidas de segurança previstas na Lei de Acesso à Informação seriam aplicáveis exclusivamente aos órgãos públicos, não alcançando os empregados, prepostos ou representantes de entidades privadas contratadas.

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011 relacionadas à proteção, ao controle e ao tratamento das informações classificadas como sigilosas, assinale a alternativa **correta**.

- a) Roberto está correto, pois a condição de agente público permite o acesso a informações classificadas como sigilosas, independentemente da necessidade funcional de conhecimento do conteúdo e da existência de credenciamento específico.
- b) Marina poderá divulgar os documentos após o encerramento da investigação administrativa, uma vez que a obrigação de preservar o sigilo recai exclusivamente sobre o órgão responsável pela classificação da informação.
- c) a autarquia deverá impedir apenas a divulgação pública dos documentos, pois as medidas de proteção previstas na legislação não abrangem riscos relacionados à perda, à alteração indevida, à transmissão ou ao acesso não autorizado.
- d) o acesso aos documentos deverá permanecer restrito às pessoas que tenham necessidade de

conhecê-los e estejam devidamente credenciadas, sem prejuízo das atribuições dos agentes autorizados por lei, cabendo também à empresa contratada adotar providências para que seus empregados, prepostos e representantes observem as medidas de segurança aplicáveis.

- e) a empresa Dados Seguros Ltda. não estará obrigada a adotar medidas destinadas à proteção dos documentos, pois a responsabilidade pelo tratamento seguro de informações sigilosas alcança apenas autoridades e servidores integrantes dos quadros da Administração Pública.

84. A respeito da competência para classificar informações nos graus ultrassecreto, secreto e reservado no âmbito da Administração Pública federal, conforme disciplinado pela Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os titulares de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista possuem competência para classificar informações nos graus ultrassecreto, secreto e reservado, em igualdade de condições com o Presidente e o Vice-Presidente da República.
- b) Os Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior podem classificar informações apenas nos graus secreto e reservado, uma vez que o grau ultrassecreto é reservado exclusivamente às autoridades localizadas em território nacional.
- c) a classificação no grau reservado pode ser realizada pelas autoridades competentes para os graus ultrassecreto e secreto e também por quem exerça função de direção, comando ou chefia de nível DAS 101.5 ou superior, ou de hierarquia equivalente, observada a regulamentação específica de cada órgão ou entidade.
- d) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica podem classificar informações nos graus secreto e reservado, mas dependem de autorização do Presidente da República para atribuir o grau ultrassecreto.

e) O Vice-Presidente da República possui competência para classificar informações exclusivamente no grau ultrassecreto, não podendo realizar classificação nos graus secreto ou reservado, que são atribuídos a autoridades administrativas de menor nível hierárquico.

85. Considerando as obrigações de publicidade relacionadas aos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação de informações estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

a) A autoridade máxima deverá publicar anualmente, em sítio disponível na internet, o rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses, o rol dos documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura, e relatório estatístico dos pedidos recebidos, atendidos e indeferidos, com informações genéricas sobre os solicitantes.

b) O rol de informações desclassificadas deverá abranger todos os documentos que tenham perdido o caráter sigiloso nos cinco anos anteriores, sendo obrigatória a identificação nominal das pessoas que solicitaram acesso a cada informação.

c) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade deverá realizar publicação semestral contendo exclusivamente o número de pedidos de acesso à informação que tenham sido indeferidos, sendo facultativa a divulgação de dados sobre pedidos recebidos ou atendidos.

d) A divulgação anual das informações em sítio eletrônico dispensa o órgão ou entidade de manter exemplar da publicação em sua sede, pois a consulta pública deverá ocorrer exclusivamente por meio da internet.

e) O extrato das informações classificadas deverá conter somente a identificação dos documentos e o grau de sigilo atribuído, não sendo permitida a apresentação da data ou dos fundamentos utilizados para a classificação.

86. Carlos sofreu um grave acidente e foi encaminhado inconsciente a uma unidade hospitalar, encontrando-se física e legalmente impossibilitado de manifestar consentimento. A médica Renata solicitou acesso a determinadas informações pessoais indispensáveis ao diagnóstico e ao tratamento do paciente, comprometendo-se a utilizá-las exclusivamente para essa finalidade.

Paralelamente, uma universidade pública requereu acesso a dados pessoais de Carlos para a realização de pesquisa científica de evidente interesse público, prevista em lei, mas pretendia divulgar a identificação do paciente no relatório final. Em outro procedimento, uma autoridade administrativa sustentou que a proteção da vida privada impediria o uso das informações de Carlos em uma investigação de irregularidades na qual ele figurava como um dos envolvidos.

Com fundamento nas regras da Lei nº 12.527/2011 aplicáveis às informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, assinale a alternativa **correta**.

a) as informações pessoais de Carlos poderão ter o acesso restringido por até cem anos contados da data do primeiro pedido de acesso, desde que tenham sido previamente classificadas em algum grau formal de sigilo.

b) o consentimento de Carlos não será necessário para o acesso destinado exclusivamente à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento médico durante sua incapacidade, enquanto a pesquisa científica sem consentimento deverá possuir evidente interesse público ou geral, estar prevista em lei e impedir a identificação da pessoa.

c) o acesso de terceiros às informações será permitido sempre que houver alegação genérica de interesse público, ainda que não exista previsão legal, consentimento expresso do titular ou enquadramento em alguma hipótese de dispensa.

d) a universidade poderá divulgar a identidade de Carlos no relatório final, pois a finalidade científica e o interesse público da pesquisa afastam

integralmente as restrições relacionadas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem.

- e) a autoridade poderá invocar a proteção da vida privada para impedir a utilização das informações na apuração de irregularidades envolvendo Carlos, desde que a informação ainda esteja dentro do período de restrição de acesso.

87. A respeito das condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar no tratamento de pedidos de acesso, documentos públicos, informações sigilosas e informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) A recusa em fornecer informação regularmente requerida somente configurará conduta ilícita se for praticada reiteradamente, resultar em prejuízo material comprovado ao solicitante e envolver informação previamente classificada como sigilosa.
- b) A utilização indevida, a subtração, a destruição, a inutilização, a desfiguração, a alteração ou a ocultação de informação somente ensejarão responsabilidade quando o conteúdo estiver formalmente classificado em algum grau de sigilo.
- c) agir com dolo ou má-fé na análise de solicitações de acesso, divulgar ou permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação sigilosa ou pessoal e impor sigilo para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para ocultar ato ilegal, constituem condutas ilícitas.
- d) A ocultação de informação sigilosa da revisão da autoridade superior somente configurará ilícito quando causar prejuízo efetivo a terceiros, não havendo responsabilidade quando a finalidade consistir em beneficiar o próprio agente ou outra pessoa.
- e) A destruição ou subtração de documentos relacionados a possíveis violações de direitos humanos por agentes do Estado somente será ilícita depois que a violação tiver sido definitivamente reconhecida em decisão administrativa ou judicial.

88. A empresa Transparência Digital Ltda. celebrou contrato com determinado órgão público para armazenar e tratar informações administrativas. Após procedimento regularmente instaurado, verificou-se que a empresa deixou de observar as obrigações de segurança e de tratamento previstas na Lei de Acesso à Informação, expondo informações que estavam sob sua responsabilidade.

Durante a análise das consequências administrativas, discutiu-se a possibilidade de aplicação cumulativa de multa com outras penalidades, o prazo máximo de impedimento para participar de licitações e contratar com a Administração, a autoridade competente para declarar a empresa inidônea e os requisitos necessários para uma futura reabilitação.

Considerando as sanções aplicáveis às pessoas físicas e às entidades privadas que detenham informações em razão de vínculo de qualquer natureza com o poder público, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) a empresa poderá receber somente advertência, multa ou rescisão do vínculo, pois a Lei nº 12.527/2011 não estabelece penalidades capazes de restringir sua participação em licitações ou a celebração de novos contratos com a Administração Pública.
- b) a suspensão temporária do direito de participar de licitação, acompanhada do impedimento de contratar com a Administração Pública, poderá ser imposta pelo prazo máximo de cinco anos, independentemente da extensão da infração praticada.
- c) a multa não poderá ser aplicada juntamente com advertência, rescisão do vínculo ou suspensão temporária, pois todas as sanções previstas na legislação possuem natureza obrigatoriamente alternativa.
- d) a declaração de inidoneidade compete exclusivamente à autoridade máxima do órgão ou da entidade pública enquanto que a reabilitação exige o ressarcimento dos prejuízos causados e o

cumprimento do prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a Administração Pública.

- e) a reabilitação poderá ser concedida imediatamente por qualquer autoridade administrativa, independentemente do ressarcimento dos prejuízos, desde que a empresa exerça seu direito de defesa no prazo de cinco dias após a abertura de vista.

GESTÃO DE PESSOAS

Douglas Schneider

89. Em uma autarquia estadual, a área responsável pelas pessoas busca deixar de atuar apenas no controle de registros funcionais e passa a articular suas práticas com o planejamento institucional e com os processos de trabalho das demais unidades. Acerca dos conceitos e da importância da gestão de pessoas e de sua relação com os demais sistemas da organização, assinale a opção correta.

- a) A gestão de pessoas constitui área autônoma e desvinculada do restante da organização, razão pela qual suas políticas independem da estrutura, da cultura e do contexto em que atua.
- b) A gestão de pessoas restringe-se a atividades operacionais de folha de pagamento e de cadastro funcional, sem interface com o desempenho organizacional.
- c) A gestão de pessoas é função contingencial e situacional, cujas práticas dependem da estrutura, da cultura e do ambiente da organização, e mantém interdependência com os demais sistemas, pois as pessoas viabilizam os objetivos das áreas de finanças, de operações e de atendimento.
- d) A gestão de pessoas trata os indivíduos como recursos passivos da produção, cabendo-lhe padronizar comportamentos e reduzir a variabilidade humana ao mínimo.

- e) A gestão de pessoas incumbe-se de executar diretamente todas as decisões sobre o pessoal da organização, restando aos gerentes de cada unidade apenas cumprir suas orientações.

90. Ao rever a trajetória da área de pessoal, um tribunal de contas identifica que, ao longo do tempo, a função saiu de um perfil legalista e de controle para um papel estratégico, alinhado aos objetivos institucionais. Considerando a evolução da gestão de pessoas e a influência das teorias e escolas da administração, assinale a opção correta.

- a) A evolução da área acompanhou a passagem do departamento de pessoal, voltado ao cumprimento legal e ao controle da mão de obra, para a gestão estratégica de pessoas, que trata as pessoas como parceiras e vincula suas práticas aos objetivos da organização.
- b) A administração científica de Taylor foi a primeira corrente a valorizar os aspectos sociais e psicológicos do trabalhador, deslocando o foco da eficiência para a satisfação no trabalho.
- c) A escola de relações humanas manteve o pressuposto de que o trabalhador é motivado exclusivamente por incentivos financeiros, aprofundando a lógica da administração científica.
- d) A gestão estratégica de pessoas antecedeu historicamente o departamento de pessoal, que surgiu como reação ao excesso de participação dos empregados nas decisões.
- e) O enfoque estratégico da área implica retorno ao modelo mecanicista, no qual as decisões sobre pessoal cabem a especialistas técnicos alheios à estratégia institucional.

91. Em um órgão público, gestores de diferentes secretarias divergem sobre o papel da unidade de recursos humanos: alguns entendem que ela deve decidir sobre a alocação e a movimentação de suas equipes; outros defendem que essa decisão cabe às próprias chefias. A respeito das atribuições, dos objetivos e da posição do órgão de recursos humanos na estrutura, assinale a opção correta.

- a) O órgão de recursos humanos exerce autoridade de linha sobre todas as unidades, cabendo-lhe decidir a alocação e a movimentação do pessoal de cada área.
- b) As atribuições do órgão de recursos humanos limitam-se ao provimento de vagas, não abrangendo políticas de desenvolvimento, de remuneração ou de avaliação.
- c) A posição de assessoria do órgão de recursos humanos impede que ele formule políticas e diretrizes, restando-lhe apenas a execução de rotinas administrativas.
- d) Como órgão de staff, o setor de recursos humanos concentra a responsabilidade pela gestão das equipes, isentando os gerentes de linha de qualquer atribuição sobre pessoas.
- e) O órgão de recursos humanos atua como assessoria (staff), formulando políticas, prestando consultoria e normatizando, ao passo que a responsabilidade de linha pela gestão das equipes é dos gerentes de cada unidade.

92. Ao ingressar em uma organização, um servidor traz expectativas sobre tratamento, oportunidades e reconhecimento, ao mesmo tempo em que a organização espera dele dedicação e resultados, sem que tais expectativas estejam integralmente registradas em documento formal. Sobre as relações entre indivíduo e organização no campo do comportamento organizacional, assinale a opção correta.

- a) A relação entre indivíduo e organização é unilateral, pois somente a organização estabelece expectativas quanto à contribuição esperada do trabalhador.
- b) O conjunto de expectativas recíprocas e não escritas entre a pessoa e a organização constitui o

contrato psicológico, que se soma ao contrato formal e influencia atitudes, como comprometimento e satisfação.

- c) O contrato psicológico corresponde ao instrumento jurídico que formaliza direitos e deveres funcionais, substituindo o contrato de trabalho escrito.
- d) A relação de reciprocidade pressupõe que a organização ofereça incentivos independentemente das contribuições do indivíduo, sem expectativa de contrapartida.
- e) O comportamento organizacional desconsidera as percepções individuais, atendo-se a variáveis estruturais e a normas formais de funcionamento.

93. Um coordenador percebe que a mesma postura de liderança gera resultados distintos conforme a maturidade da equipe e a clareza das tarefas, e busca na literatura um referencial que explique como ajustar seu comportamento a essas variáveis. Considerando as teorias de liderança, assinale a opção correta.

- a) A teoria dos traços sustenta que a eficácia da liderança depende do ajuste do estilo do líder às contingências da situação e às características dos liderados.
- b) Segundo os estudos sobre estilos de liderança, o estilo autocrático é sempre superior ao democrático, independentemente das características da equipe e da tarefa.
- c) No modelo de contingência de Fiedler, o estilo de liderança é facilmente modificável, de modo que o mesmo líder alterna, a cada situação, entre orientação para a tarefa e orientação para o relacionamento.
- d) A teoria do caminho-meta, de House, sustenta que o líder eficaz é aquele que ajusta seu comportamento, diretivo, apoiador, participativo ou orientado para resultados, às características dos liderados e do ambiente, esclarecendo o caminho para o alcance das metas.
- e) As teorias contingenciais rejeitam a influência de fatores situacionais, atribuindo a eficácia da liderança unicamente a atributos inatos do líder.

94. Ao planejar ações de estímulo ao desempenho, um gestor procura distinguir teorias que explicam o que motiva as pessoas daquelas que explicam como se dá o processo de escolha do esforço a ser empregado. A respeito das teorias de motivação, assinale a opção correta.

- a) Na teoria de Maslow, as necessidades são satisfeitas de forma aleatória, sem qualquer relação de precedência entre necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização.
- b) Na teoria dos dois fatores, de Herzberg, os fatores higiênicos, quando presentes em nível adequado, produzem satisfação e motivação duradouras no trabalho.
- c) A teoria da expectância, de Vroom, é uma teoria de processo segundo a qual a força motivacional resulta da combinação entre a expectativa de que o esforço gere desempenho, a instrumentalidade entre desempenho e recompensa, e a valência atribuída à recompensa.
- d) As teorias de conteúdo, como a de Vroom, explicam o processo de escolha do esforço, enquanto as teorias de processo, como a de Maslow, descrevem o conteúdo das necessidades humanas.
- e) Para Herzberg, fatores higiênicos e fatores motivacionais situam-se em um mesmo contínuo, de modo que a melhoria dos higiênicos conduz diretamente à motivação.

95. Uma comissão institucional pretende avaliar a qualidade de vida no trabalho dos servidores com base em um referencial que decompõe o construto em categorias que vão da remuneração às condições do ambiente e ao significado social do trabalho. Considerando o modelo de Walton, assinale a opção correta.

- a) O modelo de Walton propõe categorias conceituais para aferir a qualidade de vida no trabalho, entre elas a compensação justa e adequada, as condições de trabalho, o uso e o desenvolvimento de capacidades, a integração social na organização e a relevância social do trabalho.

b) Para Walton, a qualidade de vida no trabalho reduz-se à adequação da remuneração, sendo dispensável considerar condições do ambiente, relações sociais e desenvolvimento de capacidades.

c) O modelo de Walton restringe-se a fatores higiênicos do ambiente físico, não contemplando dimensões como autonomia, crescimento profissional e constitucionalismo.

d) No modelo de Walton, a dimensão de constitucionalismo refere-se à quantidade de benefícios financeiros concedidos, sem relação com direitos e garantias do trabalhador.

e) A qualidade de vida no trabalho, em Walton, depende exclusivamente de fatores externos ao trabalho, como o tempo dedicado ao lazer e à família, desconsiderando o conteúdo da tarefa.

96. Diante de desentendimentos recorrentes entre equipes, um gestor procura compreender as formas de administrar conflitos a partir de um modelo que combina o grau em que a pessoa busca satisfazer seus próprios interesses e o grau em que busca satisfazer os interesses da outra parte. Sobre esse modelo de estilos de administração de conflitos, assinale a opção correta.

a) O modelo reconhece um único estilo adequado de administração de conflitos, a colaboração, sendo os demais considerados disfuncionais em toda e qualquer situação.

b) O estilo de evitação caracteriza-se por alta assertividade e alta cooperação, buscando solução que satisfaça integralmente ambas as partes.

c) O estilo de acomodação caracteriza-se por alta assertividade e baixa cooperação, com imposição dos próprios interesses sobre os da outra parte.

d) O estilo de competição corresponde a uma posição intermediária, na qual cada parte abre mão de parte de suas pretensões para alcançar um acordo.

e) Os estilos resultam da combinação de duas dimensões, a assertividade (buscar os próprios interesses) e a cooperação (buscar os interesses do outro), configurando competição, colaboração, compromisso, evitação e acomodação.

97. Uma organização precisa preencher vagas e debate se deve priorizar candidatos já integrantes de seu quadro ou buscar profissionais no mercado, ponderando os efeitos de cada escolha sobre custos, prazos e clima interno. A respeito dos tipos de recrutamento e de suas vantagens e desvantagens, assinale a opção correta.

- a) O recrutamento externo, por trazer profissionais já conhecedores da organização, é sempre mais rápido e mais econômico do que o recrutamento interno.
- b) O recrutamento interno tende a ser mais rápido e econômico e a favorecer a motivação, embora possa gerar acomodação e reduzir a entrada de novas ideias; o recrutamento externo renova o quadro, mas costuma ser mais oneroso e demorado.
- c) O recrutamento interno independe de avaliações de desempenho ou de potencial dos candidatos, bastando o tempo de serviço para a movimentação.
- d) As técnicas de seleção, como entrevistas, provas de conhecimentos e testes psicológicos, aplicam-se somente ao recrutamento externo, sendo incompatíveis com o interno.
- e) O recrutamento externo elimina o risco de escolhas inadequadas, uma vez que os candidatos do mercado já demonstraram desempenho na própria organização.

98. Ao revisar seu sistema de avaliação de desempenho, uma organização estuda métodos que ampliem as fontes de informação sobre o avaliado, de modo a reduzir vieses de um único avaliador. Sobre os métodos de avaliação de desempenho, assinale a opção correta.

- a) O método das escalas gráficas dispensa a definição prévia de fatores de avaliação, atribuindo notas de forma livre e sem padronização entre avaliados.
- b) O método da distribuição forçada permite que todos os avaliados sejam classificados nas faixas de

melhor desempenho, sem qualquer limitação de proporção.

- c) Na autoavaliação, a apuração do desempenho é atribuída exclusivamente ao superior imediato, sem participação do próprio avaliado.
- d) A avaliação 360 graus caracteriza-se pela coleta de informações de múltiplas fontes que interagem com o avaliado, como o superior, os pares, os subordinados, os clientes e o próprio avaliado.
- e) O método da escolha forçada consiste em o avaliador redigir livremente um texto descritivo sobre o desempenho, sem uso de blocos de afirmações previamente definidos.

99. Após concluir um programa de capacitação, uma escola de governo deseja verificar não apenas a satisfação dos participantes, mas também a aprendizagem, a aplicação no trabalho e os efeitos sobre a organização. Considerando o ciclo de treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E) e a avaliação de seus resultados, assinale a opção correta.

- a) O levantamento de necessidades de treinamento é etapa dispensável quando a organização já dispõe de plano de capacitação, bastando executar as ações previamente definidas.
- b) A avaliação de reação mede a aplicação dos conhecimentos no trabalho, ao passo que a avaliação de aprendizagem afere a satisfação dos participantes com o curso.
- c) O modelo de Hamblin prevê cinco níveis de avaliação de treinamento, reação, aprendizagem, comportamento no cargo, organização e valor final, ampliando os níveis propostos por Kirkpatrick.
- d) O ciclo de TD&E encerra-se na etapa de execução, sendo a avaliação de resultados uma atividade externa ao processo e sem função de retroalimentação.
- e) A avaliação de aprendizagem e a avaliação de comportamento no cargo são sinônimas, pois ambas medem a aplicação dos conhecimentos no ambiente de trabalho.

100. Uma escola de governo estrutura sua política de capacitação com base na identificação das competências necessárias ao desempenho institucional e na comparação com as competências disponíveis nos servidores. A respeito da gestão por competências e das tendências em gestão de pessoas no setor público, assinale a opção correta.

- a) A competência humana equivale ao conjunto de conhecimentos teóricos do indivíduo, independentemente das habilidades e das atitudes manifestadas no desempenho do trabalho.
 - b) A competência humana costuma ser descrita como a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) expressa no desempenho da pessoa e capaz de agregar valor, distinguindo-se das competências organizacionais, próprias da coletividade da organização.
 - c) As competências organizacionais correspondem à soma aritmética das competências individuais dos servidores, sem qualquer atributo próprio da organização.
 - d) A gestão por competências prescinde do mapeamento de competências, pois a identificação de lacunas é incompatível com a lógica de desenvolvimento de pessoas.
 - e) No setor público, a gestão por competências restringe-se à seleção de pessoal, não se aplicando à capacitação, à avaliação de desempenho nem ao desenvolvimento na carreira.
-

Peça Técnica

Situação Hipotética:

O Tribunal de Contas de Alfa firmou, no ano 2025, o Contrato nº 15/2025 com a empresa Logística Expressa Ltda. O objeto do ajuste consiste na prestação de serviços contínuos de operação logística de almoxarifado, movimentação de materiais e controle informatizado de estoque sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra. No curso da execução da avença, o fiscal do contrato (especialmente designado pela autoridade competente) registrou formalmente as seguintes ocorrências em relatório técnico:

1. A contratada deixou de recolher os encargos trabalhistas e as contribuições previdenciárias de seus empregados alocados na sede do Tribunal por dois meses consecutivos, alegando dificuldades de fluxo de caixa.
2. Diante de um aumento inesperado no recebimento de materiais de consumo no almoxarifado, a Administração de Alfa emitiu uma ordem de alteração unilateral quantitativa, determinando um acréscimo de 40% no volume físico dos serviços de movimentação e armazenagem de materiais. Além disso, determinou uma alteração qualitativa para modificar o "software" de controle de inventário por um sistema próprio não previsto originalmente no projeto básico.
3. O fiscal do contrato, ciente da complexidade das alterações e de dúvidas sobre a regularidade fiscal do contratado, solicitou formalmente suporte e parecer da Assessoria Jurídica do órgão. O órgão jurídico recusou-se a prestar auxílio direto, argumentando que tal ato violaria o princípio da segregação de funções. Paralelamente, constatou-se que a empresa contratada não mantinha um preposto formalmente aceito no local da obra para representá-la na execução dos serviços.
4. Para dar suporte à reestruturação física do almoxarifado, a Administração adquiriu prateleiras de aço industriais (compras de materiais). Após a entrega física, o próprio fiscal do contrato, isoladamente, declarou o recebimento provisório e, logo em seguida, lavrou o termo de recebimento definitivo mediante ato sumário, sem a designação de servidor ou de comissão específica para essa finalidade.
5. Em razão das faltas contratuais e do descumprimento das determinações de regularização, a autoridade superior de Alfa decidiu rescindir unilateralmente a avença. A empresa manifestou oposição formal, alegando que a rescisão por ato unilateral é ilegal sem prévia decisão judicial, além de exigir a imediata liberação da garantia e o pagamento integral do faturamento pendente, sem qualquer espécie de retenção por parte do erário.

Comando da Questão:

Considerando a situação descrita e as disposições da Lei nº 14.133/2021, redija um parecer técnico fundamentado que responda, obrigatoriamente, aos seguintes cinco tópicos questionadores:

1. Analise a responsabilidade jurídica do Tribunal de Contas de Alfa em relação ao inadimplemento dos encargos trabalhistas e previdenciários de responsabilidade da empresa contratada.

2. Avalie a legalidade das alterações unilaterais impostas pela Administração (acréscimo de 40% e alteração qualitativa do "software"), indicando os limites e as restrições aplicáveis.
3. Discorra sobre a organização da fiscalização contratual, posicionando-se sobre a negativa de auxílio por parte da Assessoria Jurídica e apontando os requisitos do fiscal e do preposto.
4. Esclareça o rito legal e as competências para a realização dos recebimentos provisório e definitivo das prateleiras de aço (compras) e dos serviços logísticos.
5. Manifeste-se sobre a viabilidade jurídica da extinção unilateral pretendida pelo Tribunal, bem como sobre a legalidade da retenção de créditos e da execução da garantia contratual para fazer face aos prejuízos causados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão Discursiva 1

Situação hipotética:

O Tribunal de Contas de Beta, buscando modernizar sua atuação institucional no ano 2026, iniciou a transição de seus sistemas legados para uma nova plataforma de auditoria eletrônica baseada em inteligência artificial. A liderança do projeto de transição constatou que a mera implementação tecnológica não era suficiente, visto que diversos auditores e técnicos de apoio demonstraram forte relutância em abandonar as rotinas tradicionais de análise. Parte da equipe técnica argumentou que o tempo despendido para o aprendizado da nova ferramenta prejudicaria o cumprimento dos prazos regimentais, enquanto outros servidores manifestaram desconfiança em relação à real viabilidade técnica da ferramenta e demonstraram receio de perder sua relevância técnica diante dos processos informatizados. Diante desse cenário, a Diretoria de Recursos Humanos foi acionada para reestruturar o planejamento do projeto e aplicar estratégias capazes de promover a eficácia da transformação organizacional por meio da capacitação e do envolvimento ativo dos servidores.

Comando da Questão:

Considerando a situação descrita e os conceitos de gestão de pessoas no setor público, redija um texto dissertativo-argumentativo focado na dinâmica das transformações organizacionais, respondendo, obrigatoriamente, aos seguintes três tópicos questionadores:

1. Apresente o modelo de mudança organizacional de Kurt Lewin, explicando detalhadamente o papel e o funcionamento de suas três fases gradativas.
2. Diferencie os aspectos que causam a resistência à mudança, identificando as reações dos servidores de Beta sob as óticas lógica, psicológica e sociológica, conforme a classificação de Idalberto Chiavenato.
3. Explique o conceito de Desenvolvimento Organizacional (DO), destacando três de suas diretrizes norteadoras e demonstrando como elas atuam para viabilizar o sucesso de transições administrativas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

Situação hipotética:

No ano 2026, a Diretoria de Logística e Operações da Agência Reguladora de Ômega identificou graves inconsistências na gestão de seu almoxarifado central. Um levantamento inicial revelou a coexistência de dezenas de itens de marcas distintas cadastrados separadamente, embora possuísem a mesma aplicação prática, o que gerava duplicidade de estoques e desperdício de espaço físico. Adicionalmente, constatou-se que o órgão possuía um volume excessivo de mobiliário de luxo de baixo uso, enquanto faltavam peças de reposição vitais para os equipamentos de análise laboratorial de campo, cujas paralisações frequentes comprometiam as atividades finalísticas de fiscalização da agência. Diante dessas falhas de controle, a nova chefia de suprimentos foi incumbida de reestruturar as metodologias de classificação, especificação e controle de estoque para restaurar a eficiência operacional da instituição.

Comando da Questão:

Considerando a situação hipotética apresentada e as técnicas de administração de recursos materiais, elabore um texto dissertativo que responda, fundamentadamente, aos seguintes três tópicos questionadores:

1. Apresente os atributos essenciais que um sistema de classificação de materiais deve possuir para ser considerado satisfatório pela administração.
2. Explique as fases sequenciais do processo de classificação de materiais, demonstrando como sua correta aplicação soluciona o problema de duplicidade de itens em estoque.
3. Compare as metodologias das curvas ABC e XYZ, detalhando seus respectivos critérios de classificação e explicando como sua aplicação conjunta corrige os desvios de falta de insumos críticos e excesso de capital imobilizado.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>